

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano II | 18 de Junho de 2019 | Nº 69

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

Sindicato participa da Greve Geral contra a reforma da Previdência

Trabalhadores de diversas categorias cruzaram os braços em praticamente todos os Estados brasileiros

A Greve Geral do último dia 14 mobilizou trabalhadores nas grandes cidades de praticamente todos os estados brasileiros. O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** fez a sua parte realizando uma assembleia no dia 11, que aprovou a participação da categoria no movimento, e paralisando oito agências de bancos privados no próprio dia 14.

O **Sindicato** aproveitou a paralisação para realizar reuniões dentro das agências explicando os malefícios da reforma da Previdência que o governo Bolsonaro quer impor aos trabalhadores. Encerrando o dia de protestos, diretores do **Sindicato** e bancários grevistas aderiram à passeata que percorreu boa parte das ruas do Centro da cidade.

Relatório da reforma

A Greve Geral foi o terceiro ato contra a reforma, e a consequência das mobilizações já pôde ser vista inclusive no relatório da reforma, lido na Câmara dos Deputados no mesmo dia 14.

O relator, apesar de manter as idades mínimas, diminuiu o tempo de contribuição mínimo para as mulheres, de 20 para 15 anos. Também quase não mexeu na aposentadoria rural (apesar de aumentar o tempo de contribuição para os homens). Ele retirou da proposta o BPC de R\$ 400 e, ainda, eliminou a proposta de instituir o regime de capitalização.

“Precisamos seguir mobilizados para derrotar a reforma de Bolsonaro”, afirma Marcelo Negrão, diretor do **Sindicato**.



Bancários de Bauru saíram em passeata pelas ruas do Centro da cidade, unindo-se a manifestantes de diversas outras categorias; diretores do Sindicato paralisaram oito agências de bancos privados (três unidades do Bradesco, três do Santander e duas do Itaú)

Rodrigo Maia quer que comissão especial aprove relatório da reforma antes do recesso

O deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da PEC da reforma da Previdência na Câmara, leu o seu parecer na última sexta-feira, dia 14. O texto incorporou algumas das alterações propostas pelos parlamentares, mas manteve as ideias principais da proposta elaborada por Paulo Guedes, o ministro da Economia de Bolsonaro.

Com a leitura do relatório, começou a correr o prazo para as discussões na comissão especial.

Embora a reforma da Previdência seja um assunto extremamente controverso, Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, está fazendo de tudo para que o relatório seja aprovado o mais rapidamente possível.

A imprensa informa que um acordo entre líderes garantiu que nesta semana haverá duas sessões destinadas a discutir o relatório (nos dias 18 e 19), mas que o feriado de Corpus Christi e as festas juninas (entre os dias 24 e 28) devem fazer com que o quórum não seja atingido. Se de fato não houver quórum, a deliberação sobre o relatório ficará

para a primeira semana de julho; caso contrário, ela acontece já na semana que vem, em meio às festividades.

Se dependesse só de Maia, a votação no colegiado seria em 25 de junho. Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, a pressa de Maia é porque os banqueiros, principais beneficiários da reforma, são os avalistas da proposta.



Maia e Guedes unidos pela reforma

CEF paga R\$ 25 mil para encerrar ação movida por empregado

Em janeiro do ano passado, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** acionou a Justiça para fazer com que a Caixa Econômica Federal equiparasse um empregado “multiplicador” aos empregados “instrutores”.

Isso porque, enquanto os empregados instrutores recebiam “retribuição pecuniária” para ministrar treinamentos (R\$ 24,60 por hora), os empregados multiplicadores não recebiam nada pela mesma tarefa, embora tivessem de passar por um processo de treinamento idêntico ao dos instrutores.

Nesse caso específico, o **Sindicato** representou um trabalhador que foi admitido como Técnico Bancário em junho de 2004 e que já em dezembro daquele ano passou

a exercer a função gratificada de Técnico de Segurança do Trabalho, lotado na filial bauruense da Gepes (Gestão de Pessoas). Ele permaneceu na função até agosto de 2017, quando se desligou do banco. Foi em novembro de 2005, após um treinamento, que esse empregado se tornou um “multiplicador”.

Além de suas atividades mais corriqueiras (como visitas às unidades da Caixa para a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), no período compreendido entre os anos de 2007 e 2017 esse trabalhador treinou presencialmente 90 turmas de “cipeiros” (membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) sem receber qualquer contraprestação por isso. Cada

treinamento tinha 12 horas de duração.

Horas extras

O **Sindicato** também pleiteou o pagamento das horas extras (13 por mês, em média) que não podiam ser registradas no sistema de ponto porque a Caixa proibia a sua realização. Para contornar a proibição, o empregado viajava “destacado”, o que, normativamente, permite que a marcação do ponto seja opcional.

Acordo

No entanto, durante a segunda audiência, realizada na 2ª Vara do Trabalho de Bauru, a Caixa ofereceu R\$ 25 mil líquidos para dar fim ao processo e o trabalhador aceitou o acordo.

Gerente preso por culpa do Itaú ganha R\$ 200 mil de indenização

Um bancário do Itaú, admitido em 1985 e dispensado em 2009, foi preso em flagrante em 2002 por culpa da área jurídica do banco, que descumpriu um prazo determinado pela Justiça Federal.

Esse trabalhador, que exercia a função de gerente numa agência de Curitiba (PR), conta que um dia recebeu um ofício da Justiça Federal para que, em 48 horas, informasse a existência de conta corrente de terceiro e encaminhasse documentos. Como não tinha autorização para isso, repassou o caso para a área jurídica em São Paulo, que não apresentou os documentos nos termos solicitados.

Passados uns dias, o gerente foi surpreendido por cinco policiais federais, que o cercaram em sua mesa de trabalho e lhe deram voz de pri-

são na presença de clientes e empregados. Segundo ele, na delegacia “foi tratado como bandido”.

Após cerca de sete horas de detenção, o trabalhador concordou em assinar uma “nota de culpa” e a pagar multa no valor de R\$ 9 mil a título de doação à comunidade. A transação penal – instituto semelhante à conciliação, mas na esfera criminal – previa ainda que ele teria de se apresentar mensalmente em juízo durante dois anos e não poderia se ausentar da cidade por mais de sete dias sem autorização judicial.

Indenização

Assim sendo, ele foi à Justiça buscar reparação pelos danos morais que sofreu. O juízo da 6ª Vara do Trabalho de Londrina (PR) lhe concedeu uma indenização de R\$

50 mil – valor que foi mantido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

No entanto, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) majorou a indenização para R\$ 200 mil. Para a ministra Maria Helena Mallmann, relatora do recurso no TST, esse valor “atende ao porte financeiro do banco, à gravidade do ato e à repercussão dos fatos na vida do empregado”, uma vez que “em decorrência da prisão, o empregado respondeu a ação criminal, na qual aceitou a transação penal que lhe acarretou diversas obrigações e restrições por dois anos, por fato a que não deu causa”.

“Dinheiro algum repara o desgosto que o Itaú fez esse bancário passar”, afirma Wagner Silva, diretor do **Sindicato dos Bancários de Bauru** e funcionário do Itaú.

Dia 28, no palco do SindBar, a banda Seattle Dead Idols

Apresentação marcará a inauguração do novo espaço do SindBar

Na sexta-feira que vem, dia 28 de junho, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** recebe no palco do SindBar a banda bauruense Seattle Dead Idols.

Formada por Otavio Bornia (vocalis e guitarra), Vitor Caricati (guitarra e vocalis), João Caricati (baixo) e André Cavalheri (bateria), a banda tem em seu nome sua essência grunge rock. No repertório, um tributo às bandas da década de 1990, como Nirvana, Foo Fighters, Pearl Jam, Alice In Chains e Soundgarden.

O SindBar abre suas portas às 19 horas e oferece, além de música de qualidade, cervejas, sucos e refrigerantes, espetinhos e recreação para crianças. A banda sobe ao palco às 21 horas. O evento é realizado na sede do **Sindicato**, localizada na rua Marcondes Salgado, 4-44, Centro.

O espaço do SindBar foi reformado e, agora, o local está mais amplo e iluminado. A entrada é gratuita! Esperamos vocês para essa inauguração ao som de Seattle Dead Idols!

SINDBAR APRESENTA:

DIA 28 ÀS 19H
SHOW ÀS 21H

SEATTLE DEAD IDOLS

LOCAL: SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BAURU (RUA MARCONDES SALGADO, 4-44, CENTRO)

ENTRADA GRATUITA

Plenária no Sindicato debateu Economus

Déficit no Plano C e reajuste abusivo no plano de saúde foram questionados pelos participantes

No dia 10 de junho, representantes do Economus Instituto de Seguridade Social realizaram no **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** uma plenária para os funcionários da ativa e aposentados da antiga Nossa Caixa (incorporada pelo Banco do Brasil). O objetivo do encontro era esclarecer as dúvidas sobre os planos de saúde e Previdência.

Como já noticiado em nosso jornal, o Economus aplicou um aumento abusivo no plano de saúde (elevou o valor mínimo de R\$ 150 para R\$ 600) e começou a cobrar um novo equacionamento no Plano C, devido a um déficit previdenciário.

Na mesa, estiveram representando o **Sindicato** os diretores Paulo Tonon e Michele Montilha, e, pelo Economus,



Acima, aposentados e funcionários da antiga Nossa Caixa participam da plenária no Sindicato. Ao lado, diretores da entidade com os requerimentos que pedem que o Ministério Público Federal (MPF) instaura inquérito para apurar a atual situação financeira do Economus.

Adilson Nascimento Ferreira, diretor superintendente, além de Mauricio Messias, diretor de Seguridade, e Júlio Cezar Tozzo, diretor financeiro (foto).

Após a apresentação sobre a gestão dos planos de previdência e saúde, os participantes puderam fazer perguntas à Diretoria Executiva.

Aposentados da antiga Nossa Caixa colaram cartazes de protesto e questionaram o futuro do plano de previdência, por se tratar de um plano fechado.

O **Sindicato** disponibilizará em seu canal no Youtube (seebbauru.org.br) o vídeo da plenária a partir desta terça-feira, dia 18.



Requerimento

O **Sindicato** recebeu mais de 200 requerimentos para a representação ao Ministério Público Federal contra o BB, para apurar as eventuais irregularidades do déficit do Economus. Em nível nacional, mais de 2 mil representações já foram acolhidas. Os bancários de Bauru podem preencher o requerimento até hoje (18) às 12 horas, na Secretaria do **Sindicato**. O modelo também está disponível no site.



Financiários terão reajuste de 5,83% neste mês

Conforme aprovado no ano passado, a Convenção Coletiva dos Financiários terá duração de dois anos. Nela, está previsto o INPC acumulado entre os meses de junho e maio mais 1% de aumento.

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi de 4,78% nos 12 meses encerrados em maio. Assim, os financiários,

cujos dados são de 1º de junho, devem receber neste mês um reajuste de 5,83% nos salários e demais verbas (vales alimentação e refeição, gratificações etc.).

PLR

A primeira parcela da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) pode ser paga até o dia 20 de setembro.

Pela regra básica os trabalhadores têm direito a receber o valor correspondente a 90% do salário mais o valor fixo de R\$ 2.826,60. Além disso, ainda há um adicional de 20% desse valor fixo, que corresponde a R\$ 565,32.

Os funcionários do Itaú ligados às financeiras também vão receber, além da primeira parcela da PLR, os valores

relativos ao Programa Complementar de Resultados (PCR).

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** é contrário aos acordos bianuais (que foi defendido pelos sindicatos cutistas) porque eles representam risco para a categoria, já que com eles, os financiários terão maiores dificuldades para lutar pelos

seus direitos e valorização durante todo esse período.

Além do arrocho salarial, em acordos de dois anos podem ocorrer o fechamento de agências, demissões, terceirizações e precarização das condições de trabalho.

Pior: acordos bianuais tiraram da categoria a cultura de mobilização e de lutar pelos seus direitos.

Sindicato vai devolver imposto sindical de 2016 a pessoal do Itaú

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** já devolveu sua parte do imposto sindical de 2016 a quase todos os trabalhadores da base – só faltava devolver para os bancários do Itaú.

Isso porque o **Sindicato** não tinha a relação completa dos funcionários do banco re-

ferente a março de 2016 (mês em que o imposto foi descontado em folha).

Mas, agora que o Itaú enviou a lista ao **Sindicato**, será possível fazer a devolução. Vale lembrar que o imposto, extinto pela reforma trabalhista, correspondia a 3,33% do salário de março e que os

sindicatos recebiam 60% do valor descontado.

Quem trabalhava no Itaú em março de 2016 e foi desligado posteriormente deve procurar o **Sindicato** para receber o dinheiro. Todos os demais (aposentados, inclusive) vão receber o crédito diretamente na conta.

Campeonato de Futsal: inscrições até sexta

Os times que quiserem participar do Campeonato de Futsal do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** têm até o dia 21 de junho para se inscrever.

Cada equipe deverá ter no mínimo sete jogadores e, no máximo, doze.

Bancários não sindicaliza-

dos, financiários e estagiários ou terceirizados devem pagar uma taxa de R\$ 20 para participar.

Veja o regulamento completo e imprima a ficha de inscrição no site do **Sindicato** (seebbauru.org.br). Depois, envie-a para o e-mail conta@seebbauru.org.br.

Sujeira na política NÃO SE LAVA A JATO!



#VAZAJATO

As conversas vazadas pelo *The Intercept Brasil* revelam que o então juiz Sérgio Moro não tinha isenção necessária para julgar e adotou postura ostensiva em favor da acusação, sob comando do procurador Deltan Dallagnol. Mais do que a discussão da prisão de Lula e da eleição de 2018, que parece claramente ter sofrido influência direta das interferências da Lava Jato, o que está em jogo é o respeito à Constituição brasileira. Depois do ocorrido, a OAB emitiu uma nota recomendando que Sérgio Moro e Dallagnol se afastem dos cargos “para que as investigações corram sem qualquer suspeita”. Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, o ministro de Bolsonaro e o procurador do Ministério Público deveriam, além de deixar seus cargos, entregar os seus celulares para perícias, para que assim seja comprovada a tese deles de que foram hackeados. O aplicativo Telegram, que foi o palco das conversas, nega que o sistema foi hackeado.

31 de agosto de 2016

Moro - 18:44:08 - Não é muito tempo sem operação?

Deltan - 20:05:32 - É sim. O problema é que as operações estão com as mesmas pessoas que estão com a denúncia do Lula. Decidimos postergar tudo até sair essa denúncia, menos a op do **taccla** pelo risco de evasão, mas ela depende de Articulacao com os americanos

Deltan - 20:05:45 - (Que está sendo feita)

Deltan - 20:05:59 - Estamos programados para denunciar dia 14

Moro - 20:53:39 - Ok

A Constituição brasileira estabelece o sistema acusatório no processo penal, no qual as figuras do acusador e do julgador não podem se misturar. Nesse modelo, cabe ao juiz analisar de maneira imparcial as alegações de acusação e defesa, sem interesse em qual será o resultado do processo. Mas, as conversas entre Moro e Dallagnol demonstram que o atual ministro se intrometeu no trabalho do Ministério Público. Sempre houve suspeita de Moro e Dallagnol atuarem juntos na Lava Jato, mas não havia provas explícitas dessa atuação conjunta até agora.

No trecho ao lado, o juiz Moro debocha da defesa de Lula para o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, o que demonstra a parcialidade do julgador. Pior, ao sugerir que soltassem uma nota esclarecendo as contradições do depoimento de Lula, Moro mostrou seu papel de verdadeiro dono da Lava Jato e não de um simples juiz. A ideia foi acatada por Dallagnol e demais procuradores que pediram para que seus assessores monitorassem a repercussão positiva e negativa junto à população e imprensa e assim definir os próximos passos da ação.



Moro - 22:12 - Talvez vcs devessem amanhã editar uma nota esclarecendo as contradições do depoimento com o resto das provas ou com o depoimento anterior dele

Moro - 22:13 - Por que a Defesa já fez o showzinho dela.

Santos Lima - 22:13 - Podemos fazer. Vou conversar com o pessoal.

Santos Lima - 22:16 - Não estarei aqui amanhã. Mas o mais importante foi frustrar a ideia de que ele conseguiria transformar tudo em uma perseguição sua.

22 de abril de 2016

Deltan - 13:04:13 - Caros, conversei com o FUX mais uma vez, hoje

Deltan - 13:04:13 - Reservado, é claro: O Min Fux disse quase espontaneamente que Teori fez queda de braço com Moro e viu que se queimou, e que o tom da resposta do Moro depois foi ótimo. Disse para contarmos com ele para o que precisarmos, mais uma vez. Só faltou, como bom carioca, chamar-me pra ir à casa dele rs. Mas os sinais foram ótimos. Falei da importância de nos protegermos como instituições

Deltan - 13:04:13 - Em especial no novo governo

Moro - 13:06:55 - Excelente. In Fux we trust

Deltan - 13:13:48 - Kkk

Em março de 2016, antes do impeachment da Dilma, uma conversa gravada de forma oculta que envolveu o então ministro do Planejamento, Romero Jucá (MDB), entrou para história. Nela, Jucá clamava para Temer promover um pacto nacional: “com o Supremo, com tudo”.

Os diálogos interceptados pouco depois entre Dallagnol e Moro demonstram que a Lava Jato, apesar de o tempo todo se autodenominar apartidária, tinha fins políticos. Isso pode ser comprovado quando tentam impedir uma entrevista de Lula antes da eleição de 2018, porque poderia beneficiar o então candidato do PT, Fernando Haddad.

Parte do Judiciário também se encontrava envolvida politicamente na parcialidade da Lava Jato (veja ao lado). Em um dos trechos do vazamento, Dallagnol afirma que teve uma conversa “reservada” com o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux. Na época, Moro tinha sido duramente criticado pelo ministro Teori Zavascki, que questionou sua imparcialidade após a divulgação ilegal do áudio da conversa entre Dilma e Lula.

Dallagnol revelou ainda que, segundo Fux, os procuradores da Lava Jato podiam contar com ele o que fosse preciso. Ou seja, segundo Fux, na queda de braço entre um juiz de primeira instância que cometeu ilegalidade e um juiz da suprema corte, o vencedor seria o primeiro. Ao saber da conversa, Moro comemorou “In Fux we trust” (no Fux a gente confia).

O **Sindicato** aguarda mais revelações, como foi prometido pelo *The Intercept Brasil*, mas, ao que tudo indica, atropelos e ilegalidades não devem fazer parte de nenhuma Justiça, independentemente de quem sejam as partes envolvidas.